

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PROCESSO SEI N°: 23108.069758/2025-26

OBJETO: Obra comum de construção de novo prédio da Pró-Reitoria do Campus Universitário do Araguaia/FUFMT

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A **ausência** deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES1

SUMÁRIO2

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS5

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO5
 - 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia5
 - 1.2. Classificação como serviço comum ou especial5
2. REGIMES DE EXECUÇÃO5
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA6
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA7
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS8
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS8
7. CUSTOS DIRETOS8
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS9
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA9
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI10
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS11
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO11
13. PROJETO EXECUTIVO12
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA12
15. VISTORIA14
16. SUBCONTRATAÇÃO14
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO14
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS15
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS15
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO15
21. DA SUSTENTABILIDADE16

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO**Erro! Indicador não definido.**
 - 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia**Erro! Indicador não definido.**
 - 1.2. Classificação como serviço comum ou especial**Erro! Indicador não definido.**
2. REGIMES DE EXECUÇÃO**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.1. Empreitada por Preço Unitário**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.2. Empreitada por Preço Global**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.3. Empreitada Integral**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.4. Contratação Por Tarefa**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.5. Contratação Integrada**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.6. Contratação Semi-Integrada**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes**Erro! Indicador não definido.**
3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.**Erro! Indicador não definido.**
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**Erro! Indicador não definido.**
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS**Erro! Indicador não definido.**
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS**Erro! Indicador não definido.**
7. CUSTOS DIRETOS**Erro! Indicador não definido.**
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS**Erro! Indicador não definido.**
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA**Erro! Indicador não definido.**
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.**Erro! Indicador não definido.**
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**Erro! Indicador não definido.**
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**Erro! Indicador não definido.**
13. PROJETO EXECUTIVO**Erro! Indicador não definido.**
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**Erro! Indicador não definido.**
15. VISTORIA**Erro! Indicador não definido.**
16. SUBCONTRATAÇÃO**Erro! Indicador não definido.**
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**Erro! Indicador não definido.**
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**Erro! Indicador não definido.**
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**Erro! Indicador não definido.**
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO**Erro! Indicador não definido.**
21. DA SUSTENTABILIDADE**Erro! Indicador não definido.**
 - 21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade**Erro! Indicador não definido.**

- 21.2. Da Especificação Técnica**Erro! Indicador não definido.**
- 21.3. Da Minimização do Impacto**Erro! Indicador não definido.**
- 21.4. Licenciamento Ambiental**Erro! Indicador não definido.**
- 21.5. Dos Resíduos e Rejeitos**Erro! Indicador não definido.**
- 21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal**Erro! Indicador não definido.**
- 21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos**Erro! Indicador não definido.**
- 21.8. Da Acessibilidade**Erro! Indicador não definido.**

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (X) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

Conforme definições apresentadas pelo Parecer nº 075/2010/DECOR/CGU/AGU, destacado no Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União, o objeto da presente licitação é caracterizado como obra, uma vez que a execução dos serviços previstos promoverá criação material nova, com alteração substancial do ambiente físico no qual a edificação será construída.

O objeto também pode ser caracterizado como obra, segundo as definições apresentadas pela Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade, por força de lei, privativa das profissões de engenheiro e arquiteto.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é () COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

A classificação não se aplica ao objeto da presente licitação por não se tratar de serviço de engenharia.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

(X) empreitada por preço unitário

() empreitada por preço global

() empreitada integral

() contratação por tarefa

() contratação integrada

() contratação semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviço associado

A execução do objeto da presente licitação inclui a execução de serviços que geralmente apresentam alta variabilidade de quantitativos, como os serviços de escavações e fundações, tornando ideal a adoção de um regime de execução que permita maior flexibilidade no pagamento dos serviços, permitindo o pagamento das quantidades efetivamente executadas.

Por tal motivo, optou-se pela adoção de empreitada por preço unitário visando reduzir o risco financeiro para ambas as partes envolvidas na execução do objeto.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Não foi adotado o regime em questão.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

Não foi adotado o regime em questão.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (X) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (X) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (X) ART, () RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

Foi feita a emissão de ART.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte justificativa:

Foram elaborados por profissional habilitado.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(X) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, () FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

Não foi utilizado.

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

Não foi utilizado.

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

Não foi utilizado.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) (X) planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

(X) foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

() foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (X) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou (X) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Foi adotado o quartil médio.

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Foi adotado o quartil médio.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(X) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Foram previstos pagamentos proporcionais à parcela executada.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(X) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e (X) SERVIÇOS.

() NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

Foram juntadas.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (X) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos:

A escolha decorre de análise comparativa realizada entre orçamentos elaborados com e sem a aplicação da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), conforme previsto na Lei nº 12.546/2011. Embora esse regime seja facultativo às empresas do setor de construção civil, foi observado que a adoção do modelo não desonerado seria mais vantajosa economicamente para a Administração, considerando os valores finais estimados e as condições do mercado local.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 – Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Foi adotado o quartil médio.

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Foi adotado o quartil médio.

Risco: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Devido à baixa complexidade do objeto da presente licitação e, conseqüentemente, pelo baixo risco apresentado para o empreendimento, por se tratar de obra comum, foi adotado o 1º quartil.

Despesa financeira: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Foi adotado o quartil médio.

Lucro: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

O valor adotado foi escolhido para que fosse atendido o limite máximo recomendado para o BDI conforme estabelecido pelo Acórdão n. 2.622/2013 – Plenário do TCU.

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

Não foram adotados valores superiores ao 3º quartil.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Na presente licitação, os itens referentes ao fornecimento de materiais e equipamentos não representam parcela significativa do empreendimento, não sendo necessária a adoção de BDI reduzido para estes itens.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Não foi adotado BDI reduzido sobre os custos de materiais e equipamentos.

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

Não foi adotado BDI reduzido sobre os custos de materiais e equipamentos.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

() DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

(X) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao (X) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) está diretamente relacionada à atividade básica do objeto da licitação, conforme estabelecido na Lei nº 14.133, de 2021, e nas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ainda, segundo o estabelecido pelo Acórdão nº 1.034/2012 – Plenário e pelo Acórdão n. 2.769/2014 – Plenário, a exigência de registro ou inscrição em entidade profissional competente, para fins de qualificação técnica, deve ser limitada ao conselho responsável pela fiscalização da atividade básica do objeto da licitação.

Portanto, a exigência de registro nos conselhos mencionados está em conformidade com a legislação vigente e visa garantir que empresas licitantes possuam as qualificações e registros necessários para a execução do objeto licitado, sem restringir a competitividade de forma indevida.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Edificações estruturadas em concreto armado;

Estruturas metálicas compostas por pontaletes e terças para telhas termoacústicas (ou similares);

Telhamento com telhas termoacústicas.

(X) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços relacionados à estrutura de concreto armado: quantitativos mínimos equivalentes à execução de 100 m² de edificações estruturadas em concreto armado;

Para os serviços relacionados à estrutura metálica: quantitativos mínimos equivalentes à execução de 90 m² de estruturas metálicas compostas por pontalões e terças para telhas termoacústicas (ou similares);

Para os serviços de telhamento: quantitativos mínimos equivalentes à execução de 90 m² de telhamento com telhas termoacústicas;

Para os serviços relacionados à subestação aérea: quantitativos mínimos equivalentes à execução/instalação de um transformador de distribuição trifásico de 30 kVA;

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Por se tratar de obra comum, sem grande complexidade técnica, não é esperado que o aumento nos quantitativos dos serviços relacionados à execução do objeto promova aumento significativo na complexidade técnica da obra. Por tal motivo, admite-se, na presente licitação, o somatório de atestados.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

(X) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

() SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Não serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Não serão exigidas comprovações deste tipo.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Não serão exigidas comprovações deste tipo.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

As informações reunidas em todos os documentos e anexos podem ser suficientes e claras aos licitantes e, por essa razão, a vistoria é considerada facultativa.

Vale a ressalva de que, conforme estabelecido pelo Termo de Referência da presente licitação, a ausência desta “não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes”.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (X) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Para a execução do objeto da presente licitação, será admitida a subcontratação conforme o estabelecido pela seção pertinente do Termo de Referência.

A adoção de tal medida visa ampliar a eficiência e a especialização na execução contratual, uma vez que algumas etapas podem exigir conhecimento técnico específico, tornando a subcontratação mais vantajosa para assegurar a perfeita execução do objeto da presente licitação, sem prejuízo da fiscalização e da responsabilidade integral da contratada principal.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (X) CAPITAL MÍNIMO ou () PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (10) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

A exigência visa assegurar a contratação de empresa com capacidade econômico-financeira mínima sem restringir a competitividade de maneira desproporcional. Assim, o percentual adotado tem como objetivo promover o equilíbrio entre a mitigação dos riscos de inexecução contratual envolvidos e a competitividade.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

O objeto da presente licitação é caracterizado como obra comum, de baixa complexidade técnica, motivo pelo qual pode ser executado individualmente por inúmeras empresas regionais. Neste contexto, a admissão de consórcios poderia favorecer a concentração de mercado e, conseqüentemente, a redução da competitividade.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Como os serviços envolvidos no objeto da presente licitação são usualmente realizados no mercado por empresas da construção civil, de modo que exista a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, de pessoalidade e de habitualidade, a participação de cooperativas deve ser vedada de acordo com o estabelecido pela Súmula 281 do Tribunal de Contas da União.

Considerando ainda que a participação de cooperativas só deve ser admitida quando os serviços contratados puderem ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação, a participação de cooperativas será vedada na presente licitação.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Considerando a natureza do objeto da presente licitação e os riscos associados à sua execução, optou-se pela exigência de garantia de execução contratual com o objetivo de resguardar o interesse público contra eventuais inadimplementos contratuais, como a paralisação ou o abandono da execução da obra.

A exigência se respalda ainda no estabelecido pelo Acórdão n. 3.126/2012 – Plenário do TCU e adota valores percentuais conforme o estabelecido pelo art. 98º da Lei n. 14.133, de 2021.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(X) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(X) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(X) verificou o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Foram adotadas para promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável.

Barra do Garças/MT, 26 de janeiro de 2026

Seção de Manutenção
Campus Universitário do Araguaia – CUA
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT